

98/12

A Educação

e a Formação Profissional frente às

mudanças tecnológicas

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DISCIPLINA: Monografia

REITOR: Hans Jurgen Fernando Dohmann

VICE-REITORA: Regina Maria Lugarinho da Fonseca

DECANA: Maria Teresa Wiltgem Tavares da Costa Fontoura

DIRETORA: Janete de Oliveira Elias

PROFESSORA RESP. PELA DISCIPLINA: Gilda Maria Grumbach Mendonça

PROFESSORA ORIENTADORA: Antônia Barbosa Pincano

FÁBRICA

“Nosso dia vai chegar,
Teremos nossa vez.
Não é pedir demais:
Quero justiça,
Quero trabalhar em paz.
Não é muito o que lhe peço -
Eu quero trabalho honesto
Em vez de escravidão.

Deve haver um lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance.

De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?

O céu já foi azul, mas agora é cinza
E o que era verde já não existe mais.
Quem me dera acreditar
Que não acontece nada de tanto brincar com fogo.
Que venha o fogo então.
Esse ar deixou minha vista cansada,
Nada demais.”

Renato Russo/1986

**A Educação e a Formação Profissional frente às
mudanças tecnológicas**

Por: Angélica Ferreira Bêta

Monografia apresentada em
cumprimento ao requisito parcial, para a
conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

UNI- RIO
Rio de Janeiro
1998

Esta monografia é dedicada ao meu querido Marcelo, que com seu amor, carinho e paciência ilimitados, sempre esteve ao meu lado ao longo destes quatro anos de jornada universitária. Sem a sua ajuda, teria sido muito difícil a realização deste curso e principalmente deste trabalho.

Muito Obrigada.

MEUS AGRADECIMENTOS

A DEUS, que em sua infinita bondade me dá forças e me conduz nos momento mais difíceis;

*À minha irmãzinha do coração **Juliana Ferreira Bêta**, que sempre me socorre quando preciso - e até mesmo sem precisar;*

*Ao meu pai : **Antônio Carlos Bêta**, que sem a sua ajuda teria sido impossível a realização deste curso;*

*A minha mãezinha **Jussarra Ribeiro Ferreira**, com quem sei que posso contar nos momentos mais precisos;*

*À querida mestra e amiga "**Tunica**", **Professora Antônia Barbosa Píncano**, que com mil atribuições não recusou a milésima primeira. Conduziu-me com respeito e seriedade para que eu concluísse este trabalho;*

À professora Angela Maria Souza Martins por sua boa vontade e dedicação ao concordar em ler este meu trabalho final;

À “Lourdinha”, Maria de Lourdes Guedes, diretora inigualável que sempre me apoiou quando precisei ausentar-me do trabalho (e muitas foram as vezes);

Às amigas da Escola Metodista, que colaboraram no processo de elaboração deste trabalho, fazendo as críticas necessárias e sempre construtivas;

À querida Lúcia de Paiva Soares, que nas horas mais difíceis, em que mais precisava de apoio, estava ao meu lado;

Ao Santana, que me socorreu no computador. Sem o seu auxílio teria sido muito difícil. Valeu Santana!

Às queridas e eternas amigas “Dri”, “Ale” e “Pat”, Adriana Lúcio, Alesandra Ferreira e Patrícia Barreto, que me aturaram nestes quatro anos universitários

E, finalmente a todos aqueles que me ajudaram, a sua maneira contribuindo para que eu pudesse concluir este curso e iniciar uma nova caminhada.rumo a novos horizontes.

Muito Obrigada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I - PANORAMA HISTÓRICO DO ANALFABETISMO.....	17
1.1 - A proposta pedagógica de Paulo Freire.....	20
1.2 - O Mobral e a Educação Popular.....	23
Capítulo II - ANALFABETISMO: PRECARIEDADE E EXCLUSÃO.....	25
Capítulo III - MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	31
3.1 - A Educação como instrumento de emancipação: a conquista dos direitos civis.....	35
Capítulo IV - AS NOVAS TENDÊNCIAS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	38
4.1 - A Educação Politécnica.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXO.....	48

INTRODUÇÃO

Desde os anos 40, a formação técnico-profissional ocupa centralidade no imaginário político-econômico e social como responsável para transformar o Brasil num país industrializado. Neste contexto, foram criados o SENAI, o SENAC e a rede de escolas técnicas federais para o ensino médio.

Na década de 60, a educação em geral, foi alçada na teoria do capital humano - baseada no ideário de um país em desenvolvimento, para um país desenvolvido e integrado aos grandes países do mundo. A grande promessa era a igualdade social pelas oportunidades educacionais, porém hoje, passados mais de 30 anos, há mais de 35 milhões de pessoas maiores de 14 anos que não completaram quatro anos de escolaridade e mais de um milhão e meio de desempregados só no estado de São Paulo.

A crise do capital e o processo de globalização assimétrico mostra-nos que *o rei está nu*. Estamos hoje mais distantes dos poucos países que centralizam o capital, a ciência e a tecnologia. Assim sendo, é neste contexto que a educação básica e a formação técnico-profissional ressurgem como *a galinha dos ovos de ouro* para a competitividade, segurança e manutenção do emprego ou da

empregabilidade para os milhões de trabalhadores que engrossam as estatísticas do desemprego estrutural ou do trabalho precarizado.

Não obstante, torna-se praticamente impossível se falar em desenvolvimento, industrialização e empregabilidade ignorando o grande contingente de brasileiros que não conseguiram sequer concluir o primeiro segmento do ensino fundamental, estimado, segundo o censo de 1991, em 35 milhões de pessoas (IBGE: 1991) - como foi mencionado anteriormente -, e destes 35 milhões, 20 são identificados como analfabetos e no restante, estão incluídas pessoas que dominam tão precariamente a leitura e a escrita que ficam impedidas de utilizar eficazmente essas habilidades para continuar aprendendo.

Enquanto isso, o mundo contemporâneo passa por uma revolução tecnológica que está alterando profundamente as formas de trabalho. Estão sendo desenvolvidas novas tecnologias e novas formas de organizar a produção que elevam bastante a produtividade e delas depende a inserção competitiva da produção nacional numa economia cada vez mais mundializada. Essas novas tecnologias e sistemas organizacionais exigem trabalhadores cada vez mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe.

O outro lado da moeda do avanço tecnológico é a diminuição dos postos de trabalho, que torna a disputa pelo emprego cada vez mais acirrada. Níveis de

formação mais elevados passam a ser exigidos, portanto, a inserção no mercado de trabalho hoje impõe uma melhor formação geral e não um simples treinamento em técnicas específicas.

A partir do contexto relatado anteriormente, voltaremos ao problema do grande número de analfabetos, funcionais ou não, existentes no Brasil. Do público que tem acorrido aos programas de Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) para os jovens e adultos é cada vez mais reduzido o número daqueles que não tiveram nenhuma passagem pela escola. Nas zonas urbanas, os alunos de programas de educação de jovens e adultos, quando empregados, exercem funções com baixa qualificação no setor industrial, comercial e de serviços e, uma parte considerável atua no mercado informal; já nas zonas rurais, são pequenos produtores ou empregados de empresas agrícolas. Nestas funções, este grande contingente tem poucas oportunidades de utilizar-se da leitura e da escrita e escassas chances de aperfeiçoamento, acabando a limitar-se aos conhecimentos específicos do ofício e, através destes programas, a maioria nutre a esperança de “continuar os estudos” e, com isto, “melhorar suas condições de vida”.

Faz-se urgente, na atual situação mundial, que o Brasil solucione um de seus principais problemas: produzir mais para suprir as carências materiais de grande parcela da população e, parece haver um consenso de que, para atingir essa meta

é preciso elevar a qualidade do ensino de toda a população, principalmente dos indivíduos pertencentes a classe popular, pois é preciso garantir a esse segmento social, que vem sendo marginalizado nas esferas sócio-econômica e educacional, o acesso a uma educação de qualidade que lhes possibilite a participação ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.

Que educação seria esta? Quais seriam as propostas pedagógicas desta educação? Se considerarmos o contexto da economia competitiva, da reestruturação política e ajuste aos processos de globalização, a Educação Básica e a Formação Profissional seria aquela centrada na perspectiva das competências e das habilidades básicas, técnicas e valorativas ditadas pelo mercado, ou seja, respondendo a questão que foi colocada no início do parágrafo, a educação seria puramente mercantilista - subordinada ao lucro excessivo.

Percebo que é preciso agora, mais do que nunca, desmistificar e apontar alternativas centradas num horizonte mais amplo de formação humana. No plano da desmistificação, é crucial mostrar que as propostas dominantes de políticas educacionais específicas para o mercado de trabalho e os processos de qualificação e requalificação, centrados nas perspectivas das habilidades básicas e das competências para a empregabilidade, ignoram ou desprezam as relações de poder profundamente assimétricas e os limites do desenvolvimento industrial capitalista, face a destruição das bases morais da vida e a produção do

desemprego estrutural em massa. Isto é, as propostas educacionais tais como estão afirmadas hoje no Brasil, na maioria das vezes, estão desvinculadas de uma proposta democrática e pública de desenvolvimento, geração de empregos e renda e de uma alternativa de relações sociais de novo tipo.

A Educação Profissional tem se constituído em uma das principais preocupações de uma parcela da população que encontra-se comprometida com a construção de uma sociedade mais justa. Essas pessoas tentam delinear políticas e elaborar propostas baseadas em diagnósticos e perspectivas para responder as transformações em curso: defendem uma sólida educação científica, tecnológica e humanista a serviço da construção da cidadania e da sociedade, com isto, vejo que, a importância e o destaque à Educação Profissional não significa tomá-la como panacéia capaz de promover o desenvolvimento e gerar empregos, mas sim constituí-la em um dos elementos fundamentais à implantação de uma política de empregos e renda.

A formação do trabalhador pressupõe uma sólida Educação Básica, com uma articulação direta entre cultura geral e profissional pois, o trabalho enquanto referência da formação, não exclui outras dimensões, sob o risco de o ensino tornar-se rapidamente obsoleto e o trabalhador "descartável". Trabalhar a Educação Profissional dentro da formação geral é a única forma de modificar substancialmente o estatuto dos conhecimentos técnicos e dos valores a ele

agregados e, diante desta problemática este trabalho tem por finalidade mostrar a fundamental importância da Educação - em seu sentido mais amplo - para a autonomia, refletindo sobre o novo conceito de educação profissional

No meu entender, tanto a formação inicial quanto a continuada deverão orientar-se pelos princípios citados acima, pois a qualificação, requalificação e o ingresso no mercado de trabalho exigem formação integral do trabalhador. Nesta perspectiva, a formação profissional de jovens e adultos analfabetos ou de escolarização parcial deverá englobar programas integrados de profissionalização e escolarização, pois a formação profissional deste contingente não pode reduzir-se a mero adestramento, ela necessita desenvolver-se na ótica do desenvolvimento do conjunto das capacidades humanas necessárias, ainda que não suficiente, que os capacite a lutar por seus direitos fundamentais. É preciso “dominar a máquina”, recriá-la e saber a serviço de quem e de quantos está a ciência, a tecnologia e a riqueza produzida pelo trabalhador.

Na história da civilização moderna, o ideal de democracia sempre contemplou uma Educação escolar básica universalizada, pois, através dela, vislumbra-se a consolidação da identidade de uma nação e cria-se a possibilidade de que todos participem como cidadãos na definição de seus destinos. Para participar politicamente de uma sociedade complexa como a nossa, uma pessoa precisa ter acesso a um conjunto de informações e pensar uma série

de problemas que extrapolam suas vivências imediatas e exigem o domínio de instrumentos da cultura letrada. Partindo desta premissa, discorrerei nas linhas a seguir o histórico do processo de alfabetização em nosso país.

CAPÍTULO I

PANORAMA HISTÓRICO DO ANALFABETISMO

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da Educação no Brasil a partir da década de 30 quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira também passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. A ampliação da educação fundamental foi impulsionada pelo Governo Federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino fundamental aos adultos não alfabetizados, especialmente nos anos 40.

Com o fim da ditadura Vargas em 1945, o país vivia a efervescência política da redemocratização. A Segunda Guerra Mundial recém terminada e a ONU - **Organização das Nações Unidas** - alertavam para a urgência de integrar os povos visando a paz e a democracia. Tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção.

Neste período a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a **Campanha de Educação de Adultos**, lançada em 1947. Pretendia-se numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário.

Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década.

A instauração da Campanha de Educação de Adultos deu lugar também à conformação de um campo teórico-pedagógico orientado para discutir o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Neste momento, o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Essa concepção legitimava a concepção do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado psicologicamente e socialmente com a criança. Não obstante, durante a própria campanha, essa visão modificou-se; foram adensando-se as vozes dos que superavam esse preconceito, reconhecendo o adulto analfabeto como ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava num curto período de tempo, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador **Paulo Freire**.

1.1 - A proposta pedagógica de Paulo Freire

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirava os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Esses diversos grupos de educadores foram se articulando e passaram a pressionar o Governo Federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas. Em janeiro de 1964, foi aprovado o **Plano Nacional de Alfabetização**, que previa a disseminação em todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire.

O paradigma pedagógico que se construiu nesses programas baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes apontado como a causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase que ficou célebre: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Prescindindo da utilização de cartilhas, desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como “**método Paulo Freire**”. Ele previa uma etapa preparatória, quando o alfabetizador deveria fazer uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo junto ao qual iria atuar. Concomitantemente, faria um levantamento de seu universo vocabular, ou seja, das frases e temas utilizados pelo grupo para expressar essa realidade. Desse universo, o alfabetizador deveria selecionar as palavras com maior densidade de sentido, que expressassem as situações existenciais mais importantes. Depois, era necessário selecionar um conjunto que contivesse os padrões silábicos da língua e organizá-lo segundo o grau de complexidade desses padrões. Essas seriam as palavras geradoras, a partir das quais se realizaria tanto o estudo da escrita e leitura como o da realidade.

Antes de entrar no estudo dessas palavras geradoras, Paulo Freire propunha ainda um momento inicial em que o conteúdo do diálogo educativo girava em torno do conceito antropológico de cultura. Utilizando uma série de ilustrações (cartazes ou slides), o educador deveria dirigir uma discussão na qual fosse sendo evidenciado o papel ativo do homem como produtor de culturas e das

diferentes formas de culturas: a cultura letrada e a não letrada, o trabalho, a arte, a religião, os diferentes padrões de comportamento e a sociabilidade. O objetivo era, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como ser capaz e responsável. Tratava-se também de ultrapassar uma compreensão mágica da realidade e desmistificar a cultura letrada, na qual o educando estaria se iniciando.

Depois de cumprida esta etapa, iniciava-se o estudo das palavras geradoras, que também eram apresentadas junto aos cartazes contendo imagens referentes às situações existenciais a elas relacionadas.

Neste período, foram produzidos diversos materiais de alfabetização orientados por esses princípios, normalmente elaborados regional ou localmente, procurando expressar o universo vivencial dos alfabetizandos. Esses materiais continham palavras geradoras acompanhadas de imagens relacionadas a temas para debate, quadros de descoberta com as sílabas derivadas das palavras, acrescidas de pequenas frases para leitura. O que caracterizava esses materiais era não apenas a referência à realidade imediata dos adultos, mas, principalmente, a intenção de problematizar essa realidade.

1.2 - O Mobral e a Educação Popular

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se haviam multiplicado no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até que, em 1967, ele mesmo assumiu o controle desta atividade lançando o **MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização**.

Em 1969, o MOBRAL lançou-se numa campanha massiva de alfabetização. Foram instaladas Comissões Municipais, que se responsabilizavam pela execução das atividades, mas a orientação e supervisão pedagógica eram centralizadas.

Durante a década de 70, o MOBRAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram do programa de alfabetização, o mais importante foi o **PEI - Programa de Educação Integrada**, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém alfabetizados, assim como os chamados analfabetos funcionais - cidadão que não

concluiu as quatro primeiras séries do ensino regular e, por isto, domina precariamente a leitura e a linguagem escrita.

Paralelamente, grupos dedicados à educação popular continuaram a realizar experiências pequenas e isoladas de alfabetização de adultos com propostas mais críticas, desenvolvendo os postulados de Paulo freire.

Com a emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política da década de 80, essas pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação. Projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização, onde se avançava no trabalho com língua escrita, além das operações matemáticas básicas.

O MOBREAL foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela **Fundação Educar**, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas conveniadas.

A história da educação de jovens e adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando a consolidação de reformulações pedagógicas que, aliás, vem se mostrando necessárias em todo o Ensino Fundamental.

CAPÍTULO II

ANALFABETISMO : PRECARIEDADE E EXCLUSÃO

“O analfabetismo é antidemocrático devido a sua significativa incidência sobre a população pobre; é elitista, pois mantém afastados da escola os que mais precisam dela e, finalmente é cruel e humilhante, pois estigmatiza o analfabeto como incapaz de atingir os padrões mínimos de desempenho propostos pelo mundo moderno, tecnológico e urbano.”

(POPOVIC,1986:54)

No contexto da nova ordem econômica mundial, de internacionalização do capital e globalização econômica, setores crescentes da população, não só no Brasil, mas de muitas outras nações estão sendo colocados à margem do chamado progresso e condenados à exclusão social.

No Brasil as contradições se acirram. Com um PIB - (PRODUTO INTERNO BRUTO) de cerca de 750 bilhões de dólares, o Brasil é a 9a. economia mundial, porém está no 68o. lugar no ranking do IDH (Índice de

Desenvolvimento Humano) calculado pela ONU. Com isto, o país vergonhosamente revela que 18% da população é analfabeta.

A atual **LDB** em seu artigo 4o. parágrafo I, defende o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria e, além disso, em seu parágrafo II, garante a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. Todavia, embora a Lei garanta o direito do cidadão a **Educação Básica**, mais da metade dos brasileiros a ela não têm acesso. Segundo as estatísticas, sem considerar os analfabetos funcionais, há hoje mais de 20 milhões de analfabetos no país, sendo cerca de 17 milhões com mais de 10 anos de idade e, aproximadamente 5 milhões com idade entre 7 e 14 anos (faixa etária da escolaridade obrigatória).

Tabela 1 - Comparação da situação escolar brasileira com a de outros países

PAÍSES	Analfabetismo	Ensino secundário (médio)	Ensino Superior
Chile	3,0	70	23,3
África do Sul	33,4	71	13,9
Maurício	8,4	54	2,1
Estônia	0,1	91	23,4
BRASIL	17,8	39	11,7
Malásia	15,0	60	7,3
Venezuela	4,7	34	29,5
Hungria	----	82	15,3
Uruguai	2,8	83	32,0

Fontes: Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial, 1994.

UNESCO: Statistical Yearbook, 1994.

A tabela anterior mostra em percentuais, que a taxa de analfabetismo brasileira não só é pior do que a da África do Sul porque esta sofreu as graves conseqüências da política de segregação racial, excluindo a participação social da maioria da população. No ensino médio, a taxa brasileira está entre as piores neste grupo de países, melhor apenas que a Venezuela e a situação do ensino superior só é melhor que a Malásia.

O analfabetismo é sem dúvida a face mais perversa da problemática educacional; ele não decorre apenas da ineficiência do ensino ou de sua inadequação, mas de desequilíbrios estruturais, históricos e complexos da sociedade.

A partir das informações constantes na tabela, pode-se estimar a existência de cerca de 25 milhões de pessoas a serem incluídas em programas de alfabetização e complementação escolar, e boa parte delas devendo ser absorvidas pelo sistema de ensino regular. Entretanto, é de suma importância ressaltar que, caso esses programas não tenham uma filosofia emancipatória (que visa o pleno gozo de todos os seus direitos civis) será praticamente impossível tirar estes indivíduos da atual situação de exclusão social em que se encontram.

A globalização da economia e o celebrado avanço tecnológico ampliaram as disparidades sociais - entre elas a ociosidade compulsória, o desemprego ou o

subemprego - ao invés de proporcionarem a melhoria da qualidade de vida da população, tão alardeada pelo discurso oficial. Enquanto a maioria vive num submundo de pobreza, indigência e miséria, uma pequena minoria detém a renda, o poder e o acesso a serviços e benefícios, praticamente esgotando os recursos disponíveis e, a partir das reflexões feitas até agora, penso que a educação brasileira enfrenta graves problemas, principalmente no que se refere ao analfabetismo, isto devido ao descaso dos governos que permitiram que este se tornasse endêmico ao longo do tempo e se constituísse em mecanismo de exclusão social e, sendo assim, torna-se imprescindível uma tomada de consciência quanto ao que significa para o ser humano chegar a um novo século onde a ciência e a tecnologia organizam novas linguagens, novas formas de relação e de participação no mundo, em condições de cidadania restritas ainda que produtores de bens culturais e materiais.

No caso específico do Brasil, o Estado vem se comprometendo, há quase um século com as teses defendidas e colocadas em prática pelos países europeus e norte-americanos sobre a importância da superação do analfabetismo e da universalização da Escola Básica; porém, os avanços mais significativos nessa direção estiveram claramente atrelados às necessidades específicas dos diferentes saltos de desenvolvimento. Com isto, observa-se no país um quadro de violentos contrastes: de um lado a existência de um contingente significativo de indivíduos

provenientes dos setores mais pobres da população, que sequer sabe ler e escrever; de outro, um crescimento notável da escolarização nos graus mais elevados de ensino a uma minoria pertencente a classe de maior força de decisão.

“O analfabetismo e as carências educativas são problemas estruturais e estão profundamente relacionados com os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Os analfabetos e aqueles que abandonam muito cedo o sistema escolar encontram-se nos estratos mais baixos da sociedade, naqueles onde as pessoas para satisfazerem suas necessidades básicas contam somente com sua própria força de trabalho e nada além disso. De modo geral, elas se encontram desempregadas ou subempregadas, vivendo em situações de saúde, nutrição, habitação bastante precárias e com rendas familiares muito baixas.”

(OEA, OREALC, 1981; UNESCO, 1979)

CAPÍTULO III

MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E A EDUCAÇÃO DA CLASSE

TRABALHADORA

No atual contexto mundial: de luta pela inserção no mercado de trabalho, de rápido avanço tecnológico e aceleração da economia, torno a dizer que é imprescindível a universalização da Educação Básica e que esta tenha como objetivo a formação de indivíduos capazes de questionar a ideologia dominante, de fazer suas próprias “leituras de mundo”, possibilitando assim a transformação social. Com isto, sinto que é necessário e urgente que algo seja feito para efetivamente solucionar o problema da educação em nosso país - que como é sabido, vem se arrastando durante muito tempo - ; é preciso agora, mais do que nunca, reverter a práxis pedagógica que vigorou e vigora até hoje em nossas escolas: discriminatória, autoritária, centralizadora, interdutora e elitista.

Um exemplo do descaso com a Educação Básica e portanto sua ausência diante das novas formas de produção é a situação das indústrias brasileiras que, examinada com base nas experiências internacionais apresenta um quadro de profundos contrastes: sua estrutura ocupacional é extremamente polarizada entre uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem qualificação e uma parcela bem menor composta por trabalhadores qualificados, técnicos de nível médio e superior; metade dos trabalhadores empregados na indústria não foram além de quatro anos de escolaridade, a remuneração média não chega a três salários mínimos e a rotatividade de mão-de-obra é altíssima. Este quadro vem nos confirmar que o trabalho com pouca qualificação e muitas vezes “descartável” continua sendo a base que sustenta a maior parcela das atividades do setor secundário no Brasil.

Tabela 2 - Grau de instrução da força de trabalho em percentuais (Brasil, indústria de transformação¹ e automobilística).

	Brasil	indústria de transformação	indústria automobilística
Grau em séries			
Até 4a. completa	38,0	49,7	---
Até 8a. incompleta	51,5	68,9	69,3
Até 8a. completa	63,7	80,3	---
Até 2o. grau incompleto	70,8	86,4	91,1
Até o 2o. grau completo	15,4	7,4	5,5
Superior (completo+incompleto)	12,7	5,7	4,0
Total	100	100	100

Fonte: RAIS/MTB

Dados de 1986

1- Indústria de transformação é aquela que se dedica a produção de vestimentos, alimentos, utensílios domésticos; indústria leve. Fonte: Dicionário Aurélio.

Para reverter a atual prática pedagógica, a Educação - em seu sentido mais amplo - a meu ver, deve ser definida como um processo permanente de organização de grupos para discussão dos mais diferentes assuntos e situações, objetivando a busca e escolha de caminhos e tomada de decisões, ou seja, uma Educação que não se traduza em interesses de grupos sociais que detenham o poder econômico e político. Todavia, para isto é indispensável pensar um processo contínuo, que vá da Alfabetização ao final da Educação Básica, possibilitando à população trabalhadora e ao lamentável contingente de desempregados instrumentos para o efetivo exercício da cidadania e ampliação da capacidade de perceber o mundo e nele influir.

3.1- A Educação como instrumento de emancipação: a conquista dos direitos civis

Vivemos hoje no Brasil e no mundo, um momento que se caracteriza por uma grande mudança científico-tecnológica. No futuro, a inteligência e o domínio do conhecimento desempenharão um papel ainda mais decisivo nas atividades sociais e produtivas geradoras do desenvolvimento. Entretanto, tudo o que foi comentado até agora, só vem a confirmar que, frente a crise que ora vivemos, será preciso encaminhar soluções novas que sejam capazes de solucionar o quadro educacional atual.

A Educação é uma das práticas sociais que pode instrumentalizar o processo de elaboração dos conhecimentos e aquisição das habilidades necessárias para a compreensão das situações vividas por indivíduos e grupos e articular as ações coletivas no sentido de resolução de problemas, possibilitando a transformação social. Dentro desta concepção, o ser humano é percebido como ser ativo, crítico construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive, portanto é indispensável seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania; esta, se opõe àquela que

vincula-se às prerrogativas mercadológicas, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. A escola que visa a formação integral do ser humano vai dirigir-se a ele englobando todas as dimensões de sua relação com o mundo e desta forma, ela deixa de ser o único espaço de obtenção de informação. Este é um dos objetivos do processo educativo: a elaboração de instrumentos que possibilitem ao ser humano atuar sobre a escolha e integração das informações disponíveis. Nesta dimensão, a escola se redefine como um espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e de respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimentos e de convivência humana, social, cultural e política, levando sempre em conta a realidade das relações sociais e de trabalho.

Diferente da educação onde vigora a política da exclusão, o modelo educacional descrito anteriormente, entende a educação como instrumento de formação vasta, de luta pelo direito de cidadania e emancipação social, preparando a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social para o país, ou seja, uma Educação distinta daquela que revela em sua face a segregação: de um lado, a educação voltada aos que ingressam precocemente no mundo do trabalho, de outro a educação voltada para a formação da elite.

Retomando a realidade dos 35 milhões de analfabetos existentes no Brasil, percebo que os programas destinados a educação de jovens e adultos devem ser incluídos como integrantes da Educação Básica, além de programas especificamente destinados ao refreamento do analfabetismo, o oferecimento do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, do Ensino Supletivo, e de Cursos Profissionalizantes, pois hoje, é imprescindível a formação do trabalhador sem uma consolidação da Educação Básica, estando esta vinculada **DIRETAMENTE** com a cultura geral e profissional. De acordo com esta premissa, entendo que os projetos que visam a superação do analfabetismo e propõem a Educação Continuada devem estar respaldados em uma sólida formação científica, humanística e política e, sendo assim, não é mais possível a sustentação de teses que sinalizam para a problemática educacional sem delimitar com clareza que conceitos de educação estão sendo adotados e a serviço de quem estão estes conceitos.

CAPÍTULO IV

AS NOVAS TENDÊNCIAS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A reforma da Educação Profissional, regulamentada pelo **Decreto 2.208/ 97** (em anexo), causou profunda apreensão e forte reação dos diferentes setores sociais e em especial a classe trabalhadora, por expressarem uma concepção estrita e de total vinculação da formação profissional às necessidades do mercado de trabalho.

Coerente com a política de submissão e de atendimento às exigências de acordos internacionais, o decreto mencionado acima concebe o ensino profissional básico (não formal), técnico e tecnólogo apenas para atender às demandas da produção e não para formar profissionais críticos e competentes que participem ativa e criativamente do mundo do trabalho, apesar do **Artigo 35 da LDB** definir como finalidade de ensino médio (acadêmico) a preparação básica para a cidadania e para o trabalho e propor flexibilizar a organização curricular:

“O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

(LEI 9394/96 - ARTIGO 35)

Entretanto, uma análise atenta e fundamentada dos decretos e medidas complementares indica que tal flexibilização foi proposta para atender, prioritariamente, os objetivos de uma profissionalização rápida, ágil e de baixo custo.

A Educação Profissional tem-se constituído em uma preocupação de alguns membros da sociedade. Esses estudiosos tentam buscar estratégias teóricas e práticas, delinear políticas e elaborar propostas para responder às mudanças atuais, pois torna-se urgente o debate, a busca de alternativas e saídas frente às aceleradas mudanças no processo produtivo - devido as novas demandas e ocupações em detrimento profissões tradicionais - às taxas de desemprego e ao crescente processo de exclusão social.

A reestruturação do processo produtivo, baseado em novos pressupostos científicos e tecnológicos e em novas formas de gestão do processo de trabalho, provoca profundas modificações na vida social e, em especial, na dos trabalhadores: as novas demandas acabam excluindo do mercado de trabalho parcela significativa da população. A nefasta combinação da política neoliberal² com o estreitamento das possibilidades ocupacionais convertem o desemprego num problema estrutural e não meramente acidental.

Diante deste quadro, quais deveriam ser as propostas educacionais para a Educação Básica e quais reflexões deveríamos desenvolver a respeito da formação profissional?

Vejo que a proposta educacional para a atual conjuntura deve ter um conceito político educacional abrangente que objetive viabilizar um processo de integração gradual e contínua de conhecimentos gerais e específicos, de habilidades teóricas e práticas de hábitos e atitudes e de valores éticos, que possibilite ao homem o exercício eficiente de seu trabalho, a participação ativa,

2 - Neoliberalismo: Doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do Capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippamm, dos franceses Jaques Rueff, Maurice Allas e L. Baudin, e dos alemães Walter Eucken, W. Ropke, A. Rustow e Muler Armack. Como a escola liberal clássica os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Entretanto, defendem o disciplinamento de economia de mercado não para asfixia-la mas para garantir-lhe sobrevivência, pois ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na auto-disciplina do sistema. Assim por exemplo para que o mecanismo de preços exista ou se torne possível é imprescindível assegurar a estabilidade financeira e monetária: sem isso o movimento de preços se tornaria viciado. Alguns adeptos do neoliberalismo pregam a defesa da pequena da pequena empresa e o combate aos grandes monopólios, na linha das leis antitrustes dos Estados Unidos. No plano social, o neoliberalismo defende a limitação da herança e das grandes fortunas e o estabelecimento de condições de igualdade que possibilitem a concorrência. (Dicionário de Economia, Editora Best Seller: São Paulo, 1989).

consciente e crítica no mundo do trabalho e na esfera social, além de sua efetiva auto realização. Esta proposta tem como pré-requisito a ampliação da base de educação geral e a síntese dialética entre a formação geral, a formação profissional e a formação política, caso contrário, corre o risco de permanecer como uma simples estratégia de adaptação das qualificações às novas necessidades do processo de modernização do sistema produtivo.

A formação geral propicia os conhecimentos científicos que formam e modificam a estrutura mental e os instrumentos de pensamento e raciocínio lógico e científico para desenvolver a capacidade cognoscitivas e operativas, além de promover o espírito científico que é, em última instância, crítico, através do qual os indivíduos podem compreender o mundo tecnológico, inserindo-se nele e na problemática que o circunda.

“A integração da formação geral e profissional faz, portanto, avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando a possibilidade de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual) e permitindo a discussão das relações sociais que estão na base dessa ruptura.”

(DELUIZ, 1994:20)

Uma educação ampla e multilateral pode permitir a discussão sobre a lógica do processo capitalista e sua essência, sobre a gestão do processo de trabalho e

suas formas de organização, de forma a superar o trabalho alienado e alienante. A formação geral deve levar os trabalhadores à compreensão do processo de produção do conhecimento, da ciência como produto histórico-cultural, seu papel na sociedade, os usos da tecnologia, suas implicações econômicas, políticas e sociais e seus efeitos sobre o trabalho humano. A Educação Geral torna-se fundamental então, para que os indivíduos dominem os códigos simbólicos de uma sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos do processo de apreensão do mundo social e cultural.

Dentro desta perspectiva educacional, cabe desenvolver uma proposta de formação orientada para o trabalho com dupla dimensão: uma dimensão profissional, cujo conteúdo, entretanto, não se restrinja ao preparo técnico-instrumental do trabalhador-existente em toda atividade profissional, mas se amplie na perspectiva de construção de competências técnicas e intelectuais amplas que se integre indissociavelmente à dimensão profissional e que possibilite a compreensão crítica da vida e das relações sociais, da evolução técnico científica e a compreensão da história, da dinâmica do conteúdo e das implicações do trabalho humano. Trata-se portanto, de uma proposta politécnica de qualificação para o trabalho, associada a construção de uma identidade individual e coletiva, valorizando o desenvolvimento do sujeito e a formação de uma consciência crítica e emancipatória.

4.1 - A educação Politécnica

“A politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador consciente, capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.”

(MACHADO,1994:19)

Os projetos educacionais que visam a hegemonia da classe trabalhadora devem estar fundamentados na educação politécnica, visto ser esta, um dos mecanismos capazes de refrear a dualidade estrutural do sistema educacional, sendo assim, contribuir para a superação da dicotomia teórico-prática existente no seio das relações de produção, além de fornecer ao trabalhador uma base sólida e profunda dos processos científicos e técnicos, tanto nas ciências da natureza quanto nas ciências humanas e sociais.

Gaudêncio Frigotto, defensor da centralidade da categoria trabalho na vida humana enquanto princípio educativo, afirma que a nova base técnica do

processo produtivo demanda trabalhadores com capacidades abstratas, criativas e flexíveis, porém, isso não significa que essa capacitação deva se dar no limite adaptativo dessas novas demandas. Para Frigotto, entender as contradições que emergem deste cenário é condição prévia para poder pensar qual seria o espaço da educação e principalmente para se repensar a questão técnica e científica.

Segundo o referido autor, tal contradição deve ser explorada não na lógica da adaptabilidade, da funcionalidade ou refuncionalidade, mas na lógica da ruptura; neste sentido, na minha opinião, a concepção da formação politécnica é antes de tudo uma crítica radical ao projeto excludente, elitista e diferenciador do ensino e da formação desenvolvido na sociedade capitalista.

Dentro deste princípio, percebo que deve ser enfatizada a importância da Educação Básica de caráter politécnico como sendo compatível com a Educação Profissional do trabalhador pois ela asseguraria que essa educação profissional não se transformasse em mero adestramento de mão-de-obra. Entretanto, para isto, os programas de Educação Profissionalizantes devem estar pautados neste tipo de Educação: numa Educação que leve os alunos a refletir sobre o processo de “aprender a aprender” e crie condições para a ultrapassagem de uma formação simplesmente instrumental.

Com isto, concluo que é preciso propor uma formação voltada para o trabalho, com um conceito político educacional abrangente que objetive viabilizar um processo de integração gradual e contínua de conhecimentos gerais

viabilizar um processo de integração gradual e contínua de conhecimentos gerais e específicos, de habilidades teóricas e práticas, de hábitos e atitudes e de valores éticos, que possibilite ao homem o exercício eficiente de seu trabalho, a participação ativa e consciente no mundo do trabalho e na esfera social, além de sua efetiva auto-realização. Por isto, afirmo que é fundamental a mobilização e a organização dos trabalhadores para superar as condições e as relações de trabalho vigentes e lutar por uma formação para o trabalho de base ampla, que lhes permita enfrentar os desafios das novas tecnologias e resgatar a dimensão política da formação profissional: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 - BRASIL. Educação de jovens e adultos : proposta curricular para o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Brasília - DF, 1997.
- 2- BRASIL. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília - DF: Diário Oficial da União, No. 248 de 23.12.96.
- 3- DELUIZ, Neise. Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica. Boletim técnico do SENAC: janeiro/ abril, 1994
- 4 - FERRETTI, Celso João, Dagmar M. L. Libas e outros. Novas tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Editora Vozes: RJ, 1996.
- 5 - FREIRE, Ana Maria Araújo - Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, a de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguassu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Gracias até os Severinos. Editora Cortez :São Paulo. INEP : Brasília - DF, 1989.
- 6 - FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Editora Cortez: São Paulo, 1989.

- 7- _____ . Tecnologia, relações sociais e educação. Revista Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, v. 105, p.131-48, abril/junho 1991.
- 8 - II CONED. Plano Nacional de Educação : Proposta da sociedade Brasileira. Belo horizonte /MG, 1997.
- 9- KUENZER, Acácia Zeneida, Ana Maria Rezende Pinto, Cláudio Salm e outros. Trabalho e Educação. Editora Papirus: São Paulo, 1994.
- 10- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. Editora Cortez & autores associados : São Paulo, 1989.
- 11-ROMERO, Carlos Cortez .O futuro da sociedade do trabalho e propostas para a Educação. Boletim técnico do SENAC: set./dez. 1994.
- 12 - SILVA, Rose Neubauer. Analfabetismo e Subescolarização : Ainda um desafio. Editora Cortez : São Paulo , 1990.

ANEXO

DECRETO N.º 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997
(Publicado no Diário Oficial de 18 de abril de 1997/Seção 1)

Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A educação profissional tem por objetivos:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art.2º A educação profissional será desenvolvida em articulação como o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

§1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

§2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.

Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este.

Parágrafo único: As disciplinas de caráter profissionalizantes, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exame específicos.

Art. 6º A formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico obedecerá ao seguinte:

I - o Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, constantes de carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas, por área profissional.

II - os órgãos normativos do respectivo sistema de ensino complementarão as diretrizes definidas no âmbito nacional e estabelecerão seus currículos básicos, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional;

III - o currículo básico, referido no inciso anterior, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de trinta para que os estabelecimentos de ensino, independente de autorização prévia, elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular;

§1º Poderão ser implementados currículos experimentais, não contemplados nas diretrizes curriculares nacionais, desde que previamente aprovados pelo sistema de ensino competente.

§2º Após avaliação da experiência e aprovação dos resultados pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, os cursos poderão ser regulamentados e seus diplomas passarão a ter validade nacional.

Art. 7º Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único. Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o caput, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores.

Art. 8º Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas, que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos.

§1º No caso de o currículo estar organizado em módulos, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional.

§2º Poderá haver aproveitamento de estudos de disciplinas ou módulos cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§3º Nos currículos organizados em módulos, para obtenção de habilitação, estes poderão ser cursados em diferentes instituições credenciadas pelos sistemas federal e estaduais, desde que o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda cinco anos.

§4º O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, desde que o interessado apresente o certificado de conclusão do ensino médio.

Art. 9º As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, que deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.

Parágrafo único. Os programas especiais de formação pedagógica a que se refere o caput serão disciplinados em ato do Ministério de Estado da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Ar. 10º Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo.

Art. 11º Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, através de exames, certificado de competência, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico.

Parágrafo único. O conjunto de certificados de competência equivalente a todas as disciplinas em módulos que integram uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Universidade do Rio de Janeiro - (UNI-RIO)

Centro de Ciências Humanas - (CCH)

Escola de Educação

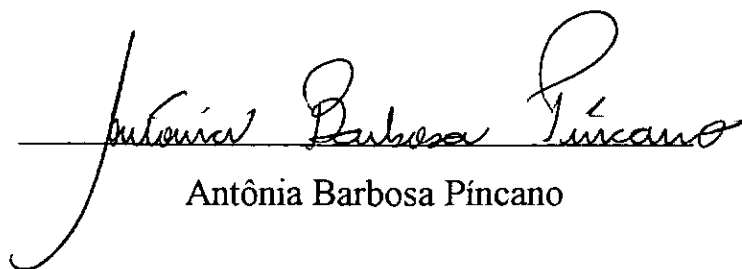
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

Disciplina : Monografia

Profa. Resp. pela disciplina: Gilda M. Grumbach Mendonça

DECLARAÇÃO

Declaro que a aluna Angélica Ferreira Bêta, matrícula 942351086 esteve sob minha orientação no estudo denominado “A Educação e a Formação Profissional frente às mudanças tecnológicas”, obtendo grau 10.


Antônia Barbosa Pincano

Universidade do Rio de Janeiro - (UNI-RIO)

Centro de Ciências Humanas - (CCH)

Escola de Educação

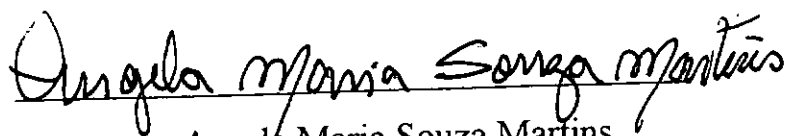
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

Disciplina : Monografia

Profa. Resp. pela disciplina: Gilda M. Grumbach Mendonça

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que efetuei a leitura final da monografia intitulada "A Educação e a Formação Profissional frente às mudanças tecnológicas" realizada pela aluna Angélica Ferreira Bêta, matrícula 942351086, que cursando a disciplina Monografia, obteve grau 10,00 (DEZ).


Angela Maria Souza Martins